



19 DE ABRIL DE 2018

Quinta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS Nº 11. ANO XIV. 19 DE ABRIL DE 2018
- FURUKAWA VAI INVESTIR R\$ 43 MILHÕES NA AMÉRICA LATINA EM 2018, A MAIOR PARTE EM CURITIBA
- ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL
- EXPECTATIVAS PIORAM E CONFIANÇA DA INDÚSTRIA RECUA EM ABRIL, APONTA PRÉVIA DA FGV
- POR QUE O USO DE DADOS PODE REVOLUCIONAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS
- OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL PODEM ADERIR AO PARCELAMENTO ESPECIAL DE DÉBITOS
- DEIXAR DE PAGAR IMPOSTO DECLARADO NÃO É CRIME FISCAL, É INADIMPLÊNCIA, DECIDE STJ
- INOVATIVA BRASIL É APRESENTADO NO MAIOR CONGRESSO DE EMPREENDEDORISMO DO MUNDO, NA TURQUIA
- EDITORIAL: INCENTIVO CORRETO
- ARTIGO: RISCOS E DESAFIOS DO SISTEMA SINDICAL
- MAIA ENCERRA SESSÃO SEM VOTAR TEXTO-BASE DO PROJETO DO CADASTRO POSITIVO
- 'BONDADE' DE TEMER PÕE FINANCIAMENTOS EM RISCO
- GOVERNO ESTÁ QUEBRADO. MAS ABRE MÃO DE IMPOSTOS A PERDER DE VISTA
- "MERCADO QUER AGENDA REFORMISTA E FISCAL", DIZ PRESIDENTE DA B3
- BOLSA SOBE 2% AMPARADA POR AÇÕES DE VALE E PETROBRAS; DÓLAR CAI A R\$ 3,38
- É 'VITAL' CONTER A DÍVIDA BRASILEIRA, DIZ FMI
- BNDES E 'BANCO DOS BRICS' FAZEM 1º DESEMBOLSO NO BRASIL PARA PARQUES EÓLICOS

- CHINA IMPÕE MEDIDAS ANTIDUMPING A BORRACHA IMPORTADA DOS EUA, UE E CINGAPURA
- DEPOIS DE 30 DIAS, TEMER AINDA NÃO TELEFONOU PARA TRUMP PARA FALAR DE TAXAS
- GRUPO CAO A TRANSFORMA PÓS-VENDA EM ATIVO DE ALTO VALOR
- SPRINTER E VITO GANHAM NOVOS PLANOS DE MANUTENÇÃO
- RENAULT TORNA SUA PRODUÇÃO MAIS EFICIENTE AO INVESTIR NA INDÚSTRIA 4.0
- MERITOR CONTRATARÁ 90 PESSOAS ESTE ANO PARA A FÁBRICA DE OSASCO
- JAC MOTORS FIRMA PARCERIA COM GRUPO HPE PARA PRODUÇÃO DO T40 EM GOIÁS
- ARTIGO: A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DE EQUIPAMENTOS E AMBIENTES PARA SAÚDE PÚBLICA
- ROMI: MARGEM BRUTA ATINGE 26,2% NO 1T18

CÂMBIO		
EM 19/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,405	3,406
Euro	4,200	4,202

Fonte: BACEN

Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos nº 11. Ano XIV. 19 de abril de 2018

19/04/2018 – Fonte: FIEP

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Elaboração de manual de operação, uso e manutenção e de plano de manutenção de obras públicas

PLS 171/2018 do senador Wilder Morais (PP/GO)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Exclusão das despesas de execução judicial dos limites de gastos do Plano de Auxílio aos Estados

PLS-C 163/2018 do senador José Serra (PSDB/SP)

Impossibilidade do bloqueio de bens por ato da PGFN

PL 9859/2018 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

MEIO AMBIENTE

Normas para o licenciamento ambiental

PLS 168/2018 do senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Regulamentação de uso de áreas do Bioma Pantanal

PL 9950/2018 do deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Benefícios às empresas que contratem pessoa com transtorno do espectro autista

PL 9960/2018 do deputado Marcos Abrão (PPS/GO)

BENEFÍCIOS

Dedução dos gastos com educação de empregados no IRPJ e na CSLL

PL 9971/2018 da deputada Renata Abreu (PODE/SP)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Isenção de penalidades no caso de não preenchimento dos postos de trabalho para deficientes

PL 9959/2018 do deputado Alex Manente (PPS/SP)

CUSTO DE FINANCIAMENTO

MERCADO DE CAPITAIS

Redução da alíquota do Imposto de Renda para operações day trade

PLS 157/2018 do senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS

Proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico

PLS 159/2018 do senador Ciro Nogueira (PP/PI)

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Sustação de decreto que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

PDC 907/2018 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)

INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO 15

Aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações no financiamento da Previdência Social

PL 9979/2018 do deputado Ricardo Izar (PP/SP)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Sustação de regulamento dos anorexígenos

PDC 908/2018 da deputada Laura Carneiro (DEM/RJ)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio de previdência do Estado do Paraná

PL 191/2018 de autoria do Poder Executivo

Regulamentação das atividades de mediador e conciliador extrajudicial no Estado do Paraná

PL 201/2018 de autoria do deputado Alexandre Guimarães (PSD)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Obrigações de reserva de vagas nos estacionamentos internos e externos dos condomínios residenciais destinadas aos deficientes físicos que apresentam limitação de mobilidade

PL 202/2018 de autoria do deputado Alexandre Guimarães (PSD)

Furukawa vai investir R\$ 43 milhões na América Latina em 2018, a maior parte em Curitiba

19/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A maior parte do investimento, cerca de 70%, será aplicada para modernização da fábrica de cabos ópticos em Curitiba



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

A fabricante japonesa de cabos ópticos Furukawa, que tem uma planta industrial instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), vai investir R\$ 43 milhões neste ano nas suas fábricas na América Latina. A maior parte do investimento, cerca de 70%, será aplicada para modernização da fábrica em Curitiba. O restante do será investido nas demais unidades no Brasil e na Colômbia e na Argentina. Somente na capital paranaense serão criados 300 novos postos de trabalho até o fim do ano.

A fábrica em Curitiba está passando por um processo de modernização. Há dois anos, a Furukawa saiu do mercado de fabricação de cabos de cobre de telefonia para se dedicar à produção de cabos ópticos para redes internas e externas. Isso vem demandando investimentos em novas máquinas, tecnologias e laboratórios de testes.

Esses investimentos vão continuar a acontecer na planta em Curitiba ao longo deste ano. A expectativa é terminar a troca do maquinário antigo por tecnologias e equipamentos mais modernos até o fim de 2018. A empresa não revela números de produção, apenas o objetivo é crescer 17% na América Latina em todas as áreas que atua.

A reforma, porém, não vai demandar uma ampliação física da fábrica de cabos ópticos. Como os equipamentos antigos são grandes, a saída deles está liberando espaço para o novo maquinário, que é menor. Além disso, está havendo uma otimização do espaço.

Nova fábrica e centro de distribuição

Além da modernização da planta de cabos ópticos que começou há dois anos e vai até o fim de 2018, a Furukawa já inaugurou na CIC, no início deste ano, uma fábrica de conectividade e um novo centro de distribuição, a cerca de 1 quilômetro da planta de cabos ópticos.

A fábrica de conectividade faz acessórios ópticos, ou seja, equipamentos necessários para montagem e instalação dos cabos. Ela conta com cerca de 450 funcionários. Já o novo centro de distribuição (CD) foi instalado ao lado da planta de acessórios para facilitar a logística.

A modernização da fábrica de cabos ópticos e as novas instalações já inauguradas no início do ano vão consumir a maior parte do investimento total de R\$ 43 milhões previsto para 2018. O restante, menos de 30%, será destinado para manutenção da fábrica de Sorocaba (SP), que faz a matéria-prima (fibra), de Santa Rita do Sapucaí (MG), que faz equipamentos para teles, e as unidades da Colômbia e da Argentina. O investimento deste ano é maior do que o feito em 2017, quando a Furukawa investiu R\$ 39 milhões nas suas instalações na América Latina.

E os novos investimentos vão demandar mais mão de obra. A Furukawa vai contratar 300 novas pessoas neste ano. Mais ou menos 150 vagas já foram preenchidas até o início de abril. As vagas são tanto para a fábrica de cabos ópticos, quanto de

conectividade, ambas em Curitiba. Elas já operam em três turnos, mas ainda possuem espaços para expansão da produção.

Crescimento de 16%

Os novos investimentos e a expansão da produção acontecem para atender a própria necessidade de modernização das fábricas da empresa e também para acompanhar o aumento de demanda. A receita da companhia na América Latina cresceu 16% no ano fiscal encerrado em março deste ano e chegou a R\$ 901 milhões. O lucro foi de R\$ 31 milhões. Os resultados positivos foram obtidos graças às exportações e à demanda de provedores regionais.

As exportações já respondem por cerca de 25% da receita da Furukawa na América Latina. Os produtos atendem, principalmente, os países latino-americanos e também parte do Sudeste Asiático e do Norte da África. O restante da receita é garantido pelo mercado interno, o brasileiro, onde está a sede da Furukawa na América Latina.

Mas, no Brasil, a demanda das grandes operadoras de telefonia, o principal cliente da Furukawa, ainda está em baixa. O presidente Furukawa Eletric Latam, Foad Shaikhzadeh, afirma que no ano fiscal encerrado em março a demanda cresceu um pouco, mas ainda abaixo do esperado e dentro de uma base de comparação fraca. Ele, porém, tem fé que os investimentos serão retomados.

Até por essa demanda fraca das grandes operadoras, a estratégia da Furukawa é continuar aumentando as exportações. A expectativa é exportar 40% da sua produção local até 2021.

ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial

19/04/2018 – Fonte: CNI

Confiança recua em abril

O ICEI de abril ficou em 56,7 pontos, um recuo de 2,3 pontos em relação ao mês anterior.

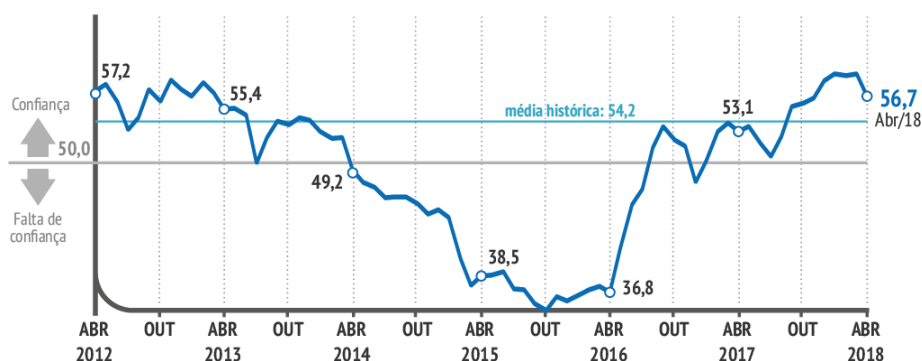
O ICEI situa-se 2,5 pontos acima de sua média histórica (54,2 pontos) e mostra crescimento de 3,6 pontos na comparação com abril de 2017.

Abril/2018

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)*

*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.



Expectativas pioram e confiança da indústria recua em abril, aponta prévia da FGV

19/04/2018 – Fonte: G1

Segundo indicador, resultado decorre da queda de 1,6 ponto do Índice de Expectativas (IE), após dois meses de alta.

A prévia do Índice de Confiança da Indústria (ICI) indicou recuo em abril devido à piora das expectativas para os próximos meses, de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira (19) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A prévia do ICI registrou no mês queda de 0,7 ponto sobre março e chegou a 101 pontos. Segundo a FGV, o resultado decorre da queda de 1,6 ponto do Índice de Expectativas (IE), após dois meses de alta, para 101,2 pontos.

Já o Índice da Situação Atual (ISA) ficou praticamente estável ao apontar em abril avanço de 0,1 ponto, para 100,7 pontos.

A preliminar do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria aponta estabilidade em 76,1%, o maior patamar desde maio de 2015.

A produção industrial brasileira cresceu 0,2% em fevereiro sobre o mês anterior, mas teve o resultado mais fraco para o mês em dois anos, com perdas na fabricação de bens intermediários e de consumo semiduráveis e não duráveis, de acordo com dados do IBGE.

Por que o uso de dados pode revolucionar os pequenos negócios

19/04/2018 – Fonte: G1

Criar serviços inovadores a partir de informações disponíveis na rede impulsiona o crescimento das PMEs.

A competitividade do mercado demanda das PMEs constante busca por inovação. Como avançar na entrega de soluções aos clientes, com uma equipe enxuta e alta demanda por produtividade? Uma das respostas passa pela análise de dados.

Toda empresa, por menor que seja, possui um banco de informações: perfil de clientes, números operacionais, relatórios de mercado. Que soluções podem ser aplicadas no armazenamento e organização desses dados? Como tirar proveito disso?

A análise de dados é uma tendência crescente no ambiente corporativo conforme aumenta a sua importância na tomada de decisões. Ao centralizar tudo o que está disponível, as empresas se beneficiam do uso das informações em tempo real.

Em 2020, as companhias que se valerem desses dados para gerar valor ao negócio serão 20% mais lucrativas, estima a Gartner, uma das principais consultorias do mundo em tendências sobre tecnologia e inovação.

Nos pequenos negócios, a estrutura enxuta e os canais diretos de comunicação com os clientes tornam-se catalisadores dessa transformação. É simples e menos burocrático acessar o conteúdo pertinente.

Proximidade com os clientes

Com ferramentas de análise, entender o que os clientes querem — e inclusive antecipar suas demandas ou criar novas — tornou-se uma atividade mais assertiva.

Bancos de informações são aliados das PMEs. E um parceiro tecnológico que possibilite uma análise consistente dessas informações permite que sejam gerados insights valiosos para o andamento do negócio. Usar informações relevantes pode ajudar a solucionar problemas e encontrar novas maneiras de organizar o fluxo de trabalho, aumentando a produtividade e facilitando a inovação.

Uma loja, por exemplo, pode pesquisar quais as necessidades de seus consumidores: que produtos buscam primeiro? Quais marcas têm sua preferência? Identificar essas

demandas permite orientar os esforços e as energias para entregar produtos e serviços que o cliente efetivamente deseja adquirir.

Essa relação é também uma via de mão dupla: 27,9% dos investimentos em tecnologia nas PMEs são direcionados por demandas dos clientes. Ou seja: ao mesmo tempo em que os recursos investidos em soluções tecnológicas ajudam os negócios a se aproximarem de seus consumidores, com essa proximidade é possível ter ferramentas mais eficazes para saber onde direcionar esses mesmos investimentos.

As PMEs podem utilizar isso como uma vantagem competitiva em relação às grandes corporações, já que contam com estruturas enxutas e menos hierarquizadas, portanto mais ágeis na tomada de decisões.

Gestão, armazenamento, processamento e segurança

Pequenas empresas que desejam focar seus esforços em inovação precisam contar com soluções de armazenamento e gestão de rede. A necessidade de investir em análise em real time analytics, desenvolvimento de aplicações e modelos preditivos para tomada de decisão, torna a eficiência e confiabilidade da infraestrutura de TI ainda mais importante.

Como o TI precisa investir mais tempo e recursos na “inteligência” do negócio, é fundamental que a infraestrutura que suporta — tanto as novas aplicações quanto as operações básicas da empresa — seja confiável, segura e de fácil gerenciamento, reduzindo assim o custo de propriedade a médio e longo prazo e viabilizando os investimentos crescentes nessa cultura impulsionada por dados.

O uso de servidores permite ao empresário gerenciar suas informações de forma eficaz. No servidor, ele consegue centralizar e-mails, desenvolver o site, monitorar o acesso remoto dos usuários, isto é, saber quem tem acesso a documentos, compartilhar arquivos e impressoras e fazer o backup.

“Hoje o pequeno empresário pode ter soluções de TI extremamente complexas para atender as mais variadas demandas e de uma forma muito mais simples e integrada do que tinha no passado. Antes estas soluções eram disponíveis apenas para as grandes”, explica o vice-presidente de vendas da Dell para Pequenas Empresas e Consumidor Final, Diego Puerta.

Na prática, a pequena empresa tem à disposição uma solução em tecnologia que facilita o dia a dia e as atividades de gerenciamento que são parte das tarefas cotidianas.

A simplicidade no manuseio das ferramentas traz ganhos em tempo e energia. Diminuindo a burocracia, o empresário consegue focar seus recursos em criar inovação. E, para que isso funcione, o ideal é buscar um parceiro tecnológico com expertise em todas essas áreas.

E já existem no mercado soluções compatíveis com as necessidades das PMEs. Na Dell Computadores, o objetivo é oferecer tecnologia que realmente atendam às demandas dos negócios, com foco em crescimento e resultados.

Optantes pelo Simples Nacional podem aderir ao Parcelamento Especial de débitos

19/04/2018 – Fonte: R7

A Lei Complementar nº 162/2018 instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pert-SN), permitindo o parcelamento de débitos tributários.

As empresas interessadas no parcelamento especial dos débitos devem acessar, até o dia 9 de julho de 2018, o portal eletrônico da Receita Federal do Brasil ou do Simples Nacional para solicitar a adesão ao Pert-SN.



Os interessados no parcelamento especial pagarão, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem redução, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, pagando o saldo devedor através das seguintes opções:

a) liquidado integralmente, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora, 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;

b) parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;

c) parcelado em até cento e setenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora, 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

O valor mínimo das prestações é de R\$ 300,00 (trezentos reais), exceto no caso dos Microempreendedores Individuais (MEIs), cujo valor será definido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Deixar de pagar imposto declarado não é crime fiscal, é inadimplência, decide STJ

19/04/2018 – Fonte: Contábeis.com

O juiz de primeiro grau condenou a dupla a um ano de detenção, substituída por uma restritiva de direito, e 375 dias-multa.



O contribuinte que declara o ICMS devido pela própria empresa, mas deixa de repassar os valores aos cofres públicos, não comete crime contra a ordem tributária. Segundo decisão da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, o ato configura mera inadimplência.

Com o entendimento, o colegiado manteve a absolvição de dois sócios de uma empresa do ramo de medicamentos. Eles foram denunciados por terem deixado 14

vezes de recolher valores correspondentes ao ICMS supostamente cobrado de terceiros. O inadimplemento foi descoberto por um fiscal na análise dos lançamentos realizados pela empresa nos livros fiscais.

O juiz de primeiro grau condenou a dupla a um ano de detenção, substituída por uma restritiva de direito, e 375 dias-multa. A sentença foi reformada em apelação analisada pelo Tribunal de Justiça de Goiás para absolvê-los, ante a atipicidade da conduta. O recurso analisado pelo STJ é do Ministério Público Federal, que defendia a manutenção da sentença.

O relator do caso foi o ministro Jorge Mussi. Para ele, o delito tratado no caso concreto exige que a empresa desconte ou cobre valores de terceiro e deixe de recolher o tributo aos cofres públicos, o que não ocorreu no caso concreto analisado pela 5ª Turma.

De acordo com o ministro, a empresa que vende mercadorias com ICMS embutido no preço e, posteriormente, não realiza o pagamento do tributo, deixando de repassar ao Fisco o valor cobrado ou descontado de terceiro, torna-se simplesmente inadimplente de obrigação tributária própria.

Citando trecho do acórdão do TJ-GO, Mussi diz que a empresa não fez a chamada substituição tributária, nem praticou fraude para deixar de pagar o tributo. Na visão do relator, ficou "patente" que a conduta imputada aos sócios foi de não recolher, no prazo e forma legal, o ICMS que haviam declarado ao fisco, em relação à atividade própria da empresa que representavam.

InovAtiva Brasil é apresentado no maior congresso de empreendedorismo do mundo, na Turquia

19/04/2018 – Fonte: MDIC



Evento reúne representantes de 170 países; diretor de Inovação e Propriedade Intelectual do MDIC, Igor Nazareth, falou dos resultados do programa de aceleração de startups realizado em parceria com Sebrae

Os resultados do InovAtiva Brasil, programa de aceleração de startups do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Sebrae, foram apresentados, nesta semana, à comunidade internacional na Turquia.

O diretor de Inovação e Propriedade Intelectual do MDIC, Igor Nazareth, participa da 10ª edição do *Global Entrepreneurship Congress* (GEC) em Istambul. O evento reúne representantes de 170 países.

Nesta quarta-feira, Nazareth debateu o papel de incubadoras e aceleradoras no desenvolvimento de startups com membros da delegação dos Estados Unidos, Jordânia e Costa do Marfim. Ele falou dos desafios enfrentados pelo MDIC e Sebrae para estruturar o InovAtiva Brasil e apontou os principais resultados do programa.

“Em cinco anos, recebemos mais de oito mil projetos e oferecemos capacitação e mentoria para 1.400 startups. Desse total, 646 empresas foram aceleradas. Investimos pouco mais de R\$ 6 milhões no InovAtiva e as startups aceleradas

captaram mais de seis vezes desse valor. Sem dúvida, é um resultado bastante positivo”, disse.

No domingo (15 de abril), o diretor de Inovação e Propriedade Intelectual do MDIC apresentou as políticas públicas brasileiras de apoio às startups na mesa “*Startup Nation Ministerial*”, composta por representantes de 25 países, entre eles Estados Unidos, México, Índia, Espanha, Portugal e Arábia Saudita.

O grupo discutiu os principais desafios para o fortalecimento do ecossistema de capital de risco, essencial para o desenvolvimento de empresas inovadoras. Também debateu a importância de se incentivar as empresas de alto crescimento, como são chamadas as firmas que ampliaram em média 20% o número de empregados durante três anos consecutivos e tinham, ao menos, dez trabalhadores assalariados no início do triênio.

“O evento é uma oportunidade para conhecer iniciativas de outros países e entender que algumas das dificuldades que enfrentamos são comuns. Estamos no caminho certo com o InovAtiva Brasil e também com o StartOut Brasil, nosso programa de internacionalização de startups realizado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec”, disse Nazareth.

InovAtiva

Lançado em 2013, o InovAtiva Brasil é um programa gratuito de aceleração de startups. Podem participar empresas em estágio de validação, operação e tração. O programa conta com mais de 700 mentores voluntários, com representantes de grandes empresas como Google, Microsoft, Samsung, Siemens e Embraer.

No ano passado, o programa foi escolhido pela OCDE como um benchmark internacional de inovação no setor público. Em 2016, o InovAtiva foi eleito a Melhor Aceleradora do país em premiação da ABStartup.

O programa é realizado pelo MDIC e Sebrae, com execução da Fundação CERTI.

Global Entrepreneurship Congress

O *Global Entrepreneurship Congress* é um dos maiores eventos de empreendedorismo do mundo. Durante o encontro, empresários, investidores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas debatem medidas para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento do ecossistema de inovação e de empreendedorismo.

Neste ano, o evento tem como foco três temas principais: “Cultura Inovadora”, “Zero Barreiras” e “Pensamento Exponencial”. O congresso acontece até amanhã (19/4) em Istambul. Em 2013, o GEC foi realizado no Rio de Janeiro.

Editorial: Incentivo correto

19/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Reforma da CLT acerta ao desestimular ações aventureiras na Justiça



Estoque de processos que aguardam decisão em primeira instância na Justiça Trabalhista caiu de 1,8 milhão, ao final de 2017, para 1,7 milhão em fevereiro deste ano - Gabriel Cabral/Folhapress

Dados reunidos pelo Tribunal Superior do Trabalho mostram que as varas passaram a receber menos processos relativos a litígios entre patrões e empregados desde que a reforma da CLT entrou em vigor, em novembro do ano passado.

O número de ações abertas de dezembro a fevereiro revela queda expressiva, de 48,3%, em relação ao período correspondente na passagem de 2016 para 2017. Em valores absolutos, a redução é de 571,5 mil para 295,5 mil casos.

Tal fenômeno teve reflexo sobre o estoque descomunal de processos que aguardam decisão em primeira instância na Justiça Trabalhista —que baixou de 1,8 milhão, ao final de 2017, para 1,7 milhão em fevereiro.

A variação se mostra relevante porque nos últimos quatro anos, período para o qual há estatísticas do TST, os totais só aumentavam.

Ainda é cedo para saber se o efeito se deve apenas à reforma aprovada pelo Congresso no ano passado. Há informações, por exemplo, de que os próprios escritórios de advocacia estão represando a abertura de ações à espera de deliberações dos tribunais a respeito das novas regras.

Existem, contudo, boas razões para acreditar que ao menos parte da redução veio para ficar. Afinal, com o redesenho da CLT, trabalhadores que acionam os empregadores agora podem ter de arcar com o pagamento de itens como perícias e honorários de sucumbência, em caso de derrota.

Antes, eles não corriam esse risco, o que representava um incentivo indevido à abertura das chamadas ações aventureiras —aquelas em que o direito reivindicado parece bastante duvidoso, mas, na ausência de custo, o reclamante opta por tentar a sorte.

Trata-se de um dispositivo certamente virtuoso de uma reforma controversa por natureza.

Pouco se nota que as gratuidades antes oferecidas aos trabalhadores implicavam uma conta a ser assumida pelas empresas e pela própria Justiça —ou, vale dizer, por consumidores (que pagam por produtos mais caros) e contribuintes.

Se mantida a tendência de redução do estoque de ações, pode-se vislumbrar a possibilidade de um enxugamento futuro da vasta estrutura hoje existente para arbitrar conflitos entre empregados e empregadores —para tanto, claro, os juízes especializados deverão contribuir com mais celeridade no exame dos casos.

Sempre convém recordar que o Brasil abriga um Judiciário que consome 1,3% da renda nacional, enquanto em países desenvolvidos tal fatia raramente passa de 0,3%.

Artigo: Riscos e desafios do sistema sindical

19/04/2018 – Fonte: Contábeis.com

O progresso promovido no Brasil pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), em vigor desde novembro passado é inegável, corrigindo deformações históricas, garantindo maior segurança jurídica e ampliando significativamente as possibilidades de emprego no B

O progresso promovido no Brasil pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), em vigor desde novembro passado é inegável, corrigindo deformações históricas, garantindo maior segurança jurídica e ampliando significativamente as possibilidades de emprego no Brasil. No entanto, ainda tem sido controverso o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

A Constituição Federal de 1988 coloca como função primordial dos sindicatos a defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria econômica. Embora a contribuição sindical seja agora facultativa, falta a conscientização de que a manutenção do sindicato é de fundamental importância para que estas entidades possam exercer seus deveres, prestar serviços e defender os interesses dos seus representados perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

De acordo com a lei aprovada pelo Congresso, "o desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal". Assim estabelece a nova redação do artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor desde novembro. Além, da possibilidade de opção trazida pelo art. 587 do mesmo texto legal.

Há mais de 16 mil sindicatos hoje no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho. É certo que muitos não contribuem com a sociedade, tão pouco com a economia do país, uma vez que existem apenas para gerar burocracia. Sem a contribuição, há um filtro natural que elimina os pequenos sindicatos e aqueles com pouca representatividade não sobreviverão.

Entretanto, a condição facultativa da contribuição prejudica no médio prazo também entidades com responsabilidades e representatividade efetiva como o Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon/SP), que já participou ativamente de ações como o fim da CPMF, a formatação de todo o sistema do e-Social e do Empreenda Fácil em São Paulo, melhorias no Simples Nacional, entre outros.

A legislação acabou por abrir espaço para a omissão do contribuinte e, ainda que facultativa, em breve a contribuição pode se tornar ausente, o que significa retirar das entidades sindicais instrumentos necessários para o bom desempenho das atividades e prestação de serviços àqueles que representa. Sindicatos sérios e responsáveis correm sério risco de encerrar atividades por falta de recursos.

Ao tirar uma das principais fontes de sobrevivência dos sindicatos, o governo não se deu conta de que uma enorme parcela dos trabalhadores e das empresas ficarão sem assistência. É preciso conscientização de que não contribuir com aquele que lhe representa significa abandonar o compromisso sindical e abrir mão de direitos conquistados por meio da negociação sindical.

Em caso de acordos ou convenções coletivas, a assistência dos sindicatos é vital. Acordos parciais entre empresas e trabalhadores podem ser pactuados individualmente, porém, as pequenas empresas, que são a maioria, teriam estrutura para tanto? O caos novamente se instalará quando empresas da mesma categoria passarem a atuar com parâmetros diferentes.

Manter alguma forma de contribuição é importante para o avanço do Brasil. As entidades precisam de formas alternativas de colaboração e que o empresário perceba a necessidade de preservar o sistema sindical de representação.

Márcio Massao Shimomoto - é presidente do SESCON-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo).

Maia encerra sessão sem votar texto-base do projeto do cadastro positivo

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com a resistência da própria base aliada à proposta, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrou a sessão plenária desta quarta-feira, 18, sem votar o texto-

base do projeto do novo cadastro positivo. Maia decidiu terminar os trabalhos sem votar a matéria após perceber que havia risco de derrota ao texto. Durante votação de requerimentos de obstrução da oposição, o governo conseguiu 279 votos favoráveis, apenas 22 a mais do que o mínimo necessário para aprovar o texto-base. A votação deve ficar para a próxima semana.

O projeto cria condições para que consumidores e empresas que pagam as contas em dia acessem linhas de crédito com taxas de juros mais baixas. Este é o principal objetivo do cadastro, que traz regras novas para adesão.

Pela lei atual, de 2011, o cadastro é formado apenas por consumidores que solicitam a inclusão no banco de dados – o que, na prática, torna o cadastro irrelevante para análise de crédito. Com o projeto aprovado nesta quarta-feira, a inclusão no cadastro será automática, sendo que o consumidor que quiser sair terá que solicitar a exclusão.

Cada pessoa terá uma pontuação referente ao seu histórico de crédito. A pontuação levará em conta a adimplência em operações de crédito e também no pagamento de contas de água, esgoto, luz, gás e telefone, entre outras.

Isso é uma novidade trazida pelo texto aprovado, já que antes não eram consideradas as informações quanto ao pagamento de serviços continuados. Pessoas com renda mais baixa, por exemplo, que muitas vezes não possuem histórico de operações de crédito, entrarão no cadastro por pagarem contas de luz e telefone.

O texto prevê que a inclusão no cadastro é automática, mas o consumidor será comunicado sobre isso, por escrito, em até 30 dias. Além disso, as informações somente poderão ser compartilhadas 60 dias após a abertura do cadastro.

Para o Banco Central, com o cadastro o risco das operações de crédito vai diminuir, o que permitirá a queda do spread – a diferença entre o custo de captação dos bancos e o que é efetivamente cobrado do consumidor final. Na prática, a intenção é que, com o tempo, os bancos ofereçam crédito mais barato para as pessoas com pontuação maior em função do histórico de pagamentos.

Sob a relatoria do deputado federal Walter Ioshii (PSD-SP), o texto do novo cadastro positivo passa por intensa negociação entre representantes do Banco Central e deputados. Parlamentares também estão sendo pressionados por entidades de defesa do consumidor e mesmo instituições financeiras contrárias à matéria.

Alguns deles defendem que a proposta abrirá espaço para utilização de dados sigilosos. “Estamos deixando brasileiros vulneráveis na mão de birôs, que serão mais poderosos que o governo”, disse o líder do PRB na Casa, Celso Russomanno (SP), que é da base aliada e milita na área do direito do consumidor.

Russomanno, que chegou a anunciar na semana passada acordo para votar a matéria, recuou e disse que só votaria pela aprovação se houvesse compromisso do governo em manter o texto aprovado pela Câmara.

Um dos principais defensores do cadastro positivo, o presidente da Câmara, então, ligou para Temer na tarde desta quarta-feira para pedir o compromisso. Segundo Maia, Temer se comprometeu a vetar mudanças feitas pelos senadores.

“Se o texto da Câmara não chegar à Presidência, o presidente vai vetar”, anunciou ele no plenário. Mesmo com o acordo, deputados da base ainda resistiam à matéria.

'Bondade' de Temer põe financiamentos em risco

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O pacote de bondades que o presidente Michel Temer quer lançar de olho na reeleição pode reduzir os financiamentos com juros mais baixos para a compra da casa própria e afetar o caixa do BNDES.

As fontes de recursos dessas operações são o FGTS e o PIS/Pasep. Se liberar o PIS/Pasep para todas as idades e o saque do fundo para quem pedir demissão, o governo colocará essa fonte em risco. A Constituição diz que, na falta de recursos do PIS/Pasep, o BNDES é obrigado a devolver dinheiro ao fundo.

Com a recuperação lenta da economia e a agenda econômica empacada no Congresso, o governo busca medidas para acelerar a economia e chegar às eleições com melhora de indicadores mais perceptível pela população.

A projeção oficial de alta de 3% do PIB está mais difícil de ocorrer e integrantes da área econômica são cobrados a dar uma injeção de ânimo nos moldes da liberação das contas inativas do FGTS, que colocou R\$ 44 bilhões na economia em 2017.

Por meio da sua assessoria, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse não ver problemas em liberar o FGTS para quem pede demissão, desde que a medida não coloque em risco a sustentabilidade do próprio fundo.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Segundo Colnago, 2,3% a 2,5% é o potencial de crescimento da economia. Para ele, nada leva a crer que o País crescerá menos que o projetado, principalmente com medidas como a do PIS/Pasep.

“É lógico que a liberação do FGTS coloca em risco o fundo”, disse o presidente da Câmara da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Para ele, essas medidas estimulam o consumo e não sustentam depois o crescimento. “O que tem de ser feito é destravar a economia e os investimentos. Só que a equipe econômica nunca leva em conta as medidas para o crescimento”, disse. A área econômica está dividida em relação à liberação do FGTS. Um levantamento dos dados está sendo feito.

Para o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, o efeito será paliativo em uma economia que cresce a passos lentos. O que virá depois é o enfraquecimento das fontes de financiamento dos bancos públicos em um cenário de juros ainda altos nos bancos privados.

Com a possibilidade de saque do PIS/Pasep, o BNDES terá de devolver o que recebeu desse fundo.

O banco terminou 2017 com R\$ 27,7 bilhões. Como empréstimos retornam lentamente, o receio é de que seja preciso usar recursos em caixa na devolução, que pode ficar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões. Além disso, R\$ 100 bilhões devem ser devolvidos ao Tesouro Nacional.

Governo está quebrado. Mas abre mão de impostos a perder de vista

19/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Mais de 80% das renúncias fiscais da União não têm prazo para acabar. Em 2017, esses programas drenaram o equivalente a 20% da arrecadação federal – e não se sabe o quanto ajudaram (ou não) a economia

O governo federal está quebrado, mas abre mão de impostos sem definir metas claras nem exigir contrapartidas. E mantém esses benefícios indefinidamente, sem avaliar se estão dando resultado. Esse é o cenário desenhado pelo Relatório Fiscal do Tesouro Nacional, publicado em março, que tem um capítulo dedicado à análise das renúncias fiscais, chamadas de “gastos tributários” no jargão da contabilidade pública.

A generosidade na concessão desses incentivos tem impacto gigantesco sobre os cofres públicos. Em 2017, calcula a Receita Federal, a União deixou de receber R\$ 276 bilhões, o equivalente a 20,4% da arrecadação total e a 4,1% de todas as riquezas geradas pelo país no ano. Um luxo, dada a situação das finanças públicas. O governo federal vem fechando as contas no vermelho – antes mesmo de pagar os juros da dívida – desde 2014, e assim deve continuar até os primeiros anos da próxima década.

Segundo o relatório do Tesouro, 84% dos programas de incentivo fiscal da União não têm prazo determinado de duração, o que significa que eles só serão encerrados ou aprimorados se o Congresso mudar a legislação. Apenas 16% têm data para terminar – e dentre estes há alguns de longa duração, como a Zona Franca de Manaus, em vigor até 2073.

“Estabelecer prazo indeterminado para os benefícios fiscais desestimula a revisão por parte da administração”, aponta o texto do Tesouro, destacando que, por outro lado, “definir um prazo para os benefícios pode forçar uma nova rodada de negociações para sua manutenção”.

Caso emblemático dos problemas gerados pela falta de prazo está na desoneração da folha de pagamento. Esse programa, criado na gestão Dilma Rousseff, derrubou a arrecadação da Previdência sem provocar o efeito esperado pelo governo sobre a geração de empregos. Ao completar quatro anos, em julho, o benefício terá retirado R\$ 53 bilhões dos cofres públicos, estima a Receita. O mercado formal de trabalho fechou 2,5 milhões de vagas entre 2014 e 2017.

Ainda na gestão Dilma, o então ministro da Fazenda Joaquim Levy conseguiu reverter uma pequena parte da desoneração. O presidente Michel Temer tenta, desde o ano passado, “reonerar” a folha da maioria dos setores beneficiados, sem sucesso. Preocupados com a eleição, os parlamentares não mostram interesse em aprovar o projeto que está no Congresso, que contraria o interesse de vários setores empresariais.

Outra fragilidade apontada pelo Relatório Fiscal é que, em mais da metade das renúncias, não há um responsável pela administração do benefício – 53% deles não têm órgão gestor. “E, quando possuem, este órgão tem natureza mais direcionada à execução do programa do que à avaliação de sua eficiência e efetividade”, afirma o documento, citando como exemplos a Suframa, que administra a Zona Franca de Manaus, e o Conselho Gestor do Simples, responsável pelo Simples Nacional.

A presença de um órgão gestor, avalia o Tesouro, facilita a observação dos resultados da renúncia tributária e permite sua contínua avaliação. O problema é que nenhum dos incentivos fiscais federais tem metas específicas. Na melhor das hipóteses, a legislação menciona objetivos genéricos – como, por exemplo, “estimular a formalização de firmas”, em vez de especificar qual é o índice esperado e o que será feito caso ele não seja atingido.

Um problema não mencionado pelo relatório do Tesouro é que algumas das renúncias fiscais da União acabam prejudicando os governos regionais. É o caso das desonerações de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos federais cuja arrecadação é compartilhada com estados e municípios. Cerca de 44% das renúncias do ano passado eram relacionadas a esses dois impostos, conforme estimativa incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

“Os gastos indiretos realizados através do sistema tributário possuem múltiplos impactos, tanto de ordem econômica (em termos de alocação de recursos, grau de complexidade tributária e eficiência) como de desenvolvimento regional”, aponta, em relatório, Gabriel Leal de Barros, diretor-adjunto da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado. “A necessidade de criteriosa avaliação, portanto, além de alinhada ao princípio da finitude e escassez dos recursos públicos, deve ter em perspectiva os impactos em torno da agenda federativa”, completa.

Críticas às desonerações

Uma vez que o governo não costuma medir o efeito de seus programas de desoneração, algumas instituições buscam fazer essa avaliação. O Banco Mundial, por exemplo, apontou no fim do ano passado que a maioria dos programas de incentivos fiscais e subsídios a empresas “é ineficaz e beneficia empresas estabelecidas e ineficientes, em detrimento da produtividade e da geração de empregos”.

O organismo internacional destacou o custo elevado da desoneração da folha de pagamento – cada posto de trabalho criado ou preenchido exigiu, em despesas públicas, mais que o triplo do salário pago ao trabalhador.

O Banco Mundial também fez duras críticas ao Simples Nacional, principal programa de incentivo fiscal do país. Afirmou que ele é caro – representou uma renúncia de R\$ 82,5 bilhões apenas em 2017, segundo a Receita – e potencialmente distorcivo. Na visão do banco, o Simples estimula as empresas a continuar pequenas, para pagar menos impostos, e prejudica a competitividade de companhias de médio porte, que recolhem mais tributos.

Em resposta, os defensores do Simples enfatizam seu papel na geração de empregos e na sobrevivência de micro e pequenas empresas, responsáveis por mais de 17 milhões de empregos formais. “É um dos maiores programas de justiça fiscal e inclusão social do mundo”, disse à **Gazeta do Povo** o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, em entrevista concedida em dezembro.

Renúncia diminuiu a partir de 2016. Mas pode voltar a crescer, diz Tesouro

No início da década, os programas de renúncia fiscal tiravam dos cofres federais pouco mais de 16% da arrecadação total e perto de 3,5% do PIB. Os números cresceram rapidamente a partir de 2012, até chegar ao pico de 23,3% da arrecadação e 4,6% do PIB em 2015.

Com a reversão de parte da desoneração da folha, as perdas caíram um pouco desde então. Mas o documento do Tesouro aponta para o risco de um novo crescimento nos próximos anos, devido à “rigidez institucional” – que ajuda a manter os benefícios indefinidamente – e ao teto de gastos públicos, que, ao limitar o crescimento dos gastos diretos, pode incentivar o governo a aumentar os indiretos, isto é, as desonerações.

“É necessário, portanto, estabelecer mecanismos de avaliação *ex-ante* [anterior] e *ex-post* [posterior] dos programas a se instituir e já instituídos, com objetivo de garantir maior eficácia dessas políticas”, conclui o relatório.

“Mercado quer agenda reformista e fiscal”, diz presidente da B3

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com o mercado acompanhando com lupa os desdobramentos das eleições ainda bastante incertas de outubro, o presidente da B3, a Bolsa paulista, Gilson Finkelsztain, diz que um próximo presidente com comprometimento com a agenda fiscal do País poderá garantir um ciclo longo de crescimento à economia brasileira e, na esteira, ao mercado de capitais.

Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, a primeira desde que assumiu o comando da quinta maior bolsa do mundo, há quase um ano, o executivo afirma que chegou a hora de o Brasil “parar de perder oportunidades”, principalmente neste momento em que as peças estão alinhadas para garantir o desenvolvimento do mercado, em especial por causa da taxa de juros, “no nível mais baixo da história”. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Qual tem sido a resposta dos clientes após a fusão entre BM&FBovespa e Cetip?

Foi fundamental antes de fechar a operação envolver os clientes, para a fusão não ser uma agenda apenas das companhias e gerar desconfiância. A companhia está em um momento bom, passou por um grande ciclo de investimento de infraestrutura (de R\$ 2 bilhões no total), com todos os projetos de TI das duas companhias integrados, mesmo com um País com mercado que não cresceu tanto. Agora é aproveitar esse momento bom de Brasil que estamos esperando.

E o momento é bom?

Os astros parecem estar bem alinhados. O mundo está crescendo e com juros baixos. No Brasil, a inflação está sob controle, com juros baixos e uma agenda de reformas. O Brasil está com uma oportunidade pós-eleição que não deveria perder. E somos mestres em perder oportunidade. O Brasil não perde a oportunidade de perder uma oportunidade. Está na hora de mudar isso.

O que é necessário para termos, de fato, o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil?

Estamos vivendo um ciclo de retomada. Há dúvida em relação à velocidade, mas isso não é tão relevante para a agenda de longo prazo do mercado de capitais. O Brasil provavelmente vai entrar em ciclo de crescimento de três a cinco anos. É pouco relevante para essa agenda se vamos crescer 2,5% ou 3% por ano, mas sim se vamos ter um ciclo longo de crescimento.

O que é necessário é não reinventar a roda. O que o mercado espera do próximo presidente é uma agenda reformista, um comprometimento com a agenda fiscal. O mercado não tem uma expectativa muito diferente, basta isso. Óbvio que ninguém espera que a gente cometa os mesmos erros do passado, como intervenção de bancos estatais e um BNDES que tente ser o salvador do investimento.

E o cenário para o mercado com os juros baixos?

Juro baixo é transformacional para mercado de capitais. Pessoas físicas e investidores institucionais mudarão a dinâmica de investimento. Os investidores terão que diversificar classe de ativos. Hoje só temos 340 empresas listadas.

Os investidores institucionais não negociam renda fixa no mercado secundário e pouco negociam ações. Apesar de termos um mercado financeiro robusto, ele ainda é distante do que pode ser em termos de complexidade e volume.

O número de pessoas físicas na Bolsa tende a crescer?

As pessoas estão começando a perceber no bolso, no extrato, com juro baixo, como o seu investimento rende pouco. Agora perceberão e se educarão de como é importante diversificar ativos, tomar mais risco e perder liquidez. E os fundos de ações têm muito a crescer. Teremos fundos crescendo e pessoas físicas crescendo.

As empresas estão voltando a captar para fazer investimentos?

Vemos uma melhora. As grandes empresas têm agenda maior de investimento, mas ainda aquém do crescimento do crédito de pessoa física. Isso significa que as grandes empresas estão demorando para investir. Talvez a capacidade ociosa e a incerteza de eleição façam com que algum investimento seja adiado, mas as emissões melhoraram bastante.

Podemos ter uma janela aberta para captações, apesar das eleições?

Na medida em que os programas econômicos dos candidatos ficarem mais claros e entendermos um pouco a dinâmica do que podem ser as eleições, acho que poderemos iniciar a retomada das emissões.

E até uma abertura da janela no fim do ano. No meio do ano já ficará claro quem são os candidatos e seus programas econômicos. Com o mínimo, o Brasil está preparado para crescer. Se tiver clareza de que não virá nenhuma ruptura, alguma "exoticidade" do lado do plano econômico, todo mundo vai acelerar investimento.

E qual tem sido a percepção do investidor estrangeiro?

Ninguém tem um viés negativo de Brasil. Mas a incerteza com a eleição traz cautela. Todos, sem exceção, estão com vontade de alocar no Brasil, dentro dos mercados emergentes.

A autonomia do Banco Central (BC) seria importante nesse momento?

Muito. A gente deveria aproveitar a janela. Com todas as críticas que pode ter a esse governo de transição, essa seria mais uma das boas heranças que ele poderia deixar. Eu colocaria o teto de gastos, a reforma trabalhista, que será algo transformacional. E a independência do BC seria algo maravilhoso passar agora. Tiraríamos isso da frente, está na agenda há 15 anos. As transições futuras ficarão mais fáceis.

A B3 analisa o mercado de criptomoedas?

A tecnologia por trás é o que mais nos interessa, o blockchain. Criptomoeda está no nosso radar. Houve demanda de cliente por derivativo de balcão, mas não iremos atender, exatamente pela orientação de Comissão de Valores Mobiliários e BC.

Mas há algumas lições que temos tido com esse mercado e que têm a ver com nosso negócio: tem uma geração que gosta de negociar mobile, de negociar 24 horas e isso está no nosso radar.

Bolsa sobe 2% amparada por ações de Vale e Petrobras; dólar cai a R\$ 3,38

19/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ações da BRF disparam mais de 9% após Pedro Parente ser cogitado para conselho de administração



Bolsa brasileira subiu amparada pela valorização das ações da Petrobras e da Vale - Folhapress

O dia positivo para matérias-primas impulsionou as ações da Petrobras e da Vale nesta quarta-feira (18) e ajudou a Bolsa brasileira a sustentar o segundo pregão seguido de alta. O exterior favorável também contribuiu para o bom humor dos investidores nesta sessão e devolveu o dólar à casa de R\$ 3,38.

O Ibovespa, índice das ações mais negociadas, subiu 2,01%, para 85.778 pontos. O volume financeiro negociado foi de R\$ 13,2 bilhões, em dia de vencimento de opções sobre o índice, que movimentou R\$ 2,7 bilhões.

O dólar comercial teve queda de 0,79%, para R\$ 3,381. O dólar à vista se desvalorizou 0,19%, para R\$ 3,386.

A sessão foi favorável a ações de empresas ligadas a commodities, em resposta à valorização do preço de matérias-primas no exterior.

Os papéis da Petrobras subiram mais de 3% nesta quarta, com a forte valorização do petróleo no exterior após uma queda nos estoques dos Estados Unidos e depois de fontes terem apontado que a Arábia Saudita, uma grande exportadora, quer ver os preços do petróleo perto de US\$ 100 o barril.

As ações mais negociadas subiram 3,66%, para R\$ 21,80. Os papéis com direito a voto avançaram 3,26%, para R\$ 24,07.

A mineradora Vale também viu seus papéis ordinários subirem, acompanhando o minério de ferro no exterior. As ações avançaram 3,37%, para R\$ 47,48.

O noticiário corporativo também foi destaque nesta sessão. As ações da BRF subiram 9,51%, para R\$ 23,04, depois da notícia de que Pedro Parente, presidente da Petrobras, poderia substituir o empresário Abilio Diniz na presidência do conselho de administração da companhia.

Mais cedo, a empresa já tinha recebido uma notícia positiva, após o governo brasileiro liberar que a produção e certificação sanitária de unidades de produção da BRF retomasse exportações de aves do Brasil para a União Europeia.

"O que deu uma puxada mais forte no papel foi a notícia do Parente sendo um possível candidato a assumir o conselho da BRF. Seria um nome de consenso, em meio a um impasse da chapa do Abilio Diniz e de Luiz Fernando Furlan contra fundos de pensão", afirma Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

Para ele, a resposta positiva da ação ocorreu porque Parente tem um bom trânsito no mercado. "Ele vai atrás de resultado, tem um histórico bem positivo. Mas ainda é um prematuro analisar alguma informação. Ele tem a Petrobras para administrar, com um quadro desafiador, uma necessidade de redução de alavancagem financeira e venda de ativos", complementou.

As ações da Usiminas também se beneficiaram da alta do minério de ferro e subiram 8,01%. Outras siderúrgicas também fecharam em alta: a CSN se valorizou 6,21%, a Gerdau avançou 3,21% e a Metalúrgica Gerdau subiu 4,34%.

No setor financeiro, os bancos subiram. As ações do Itaú Unibanco avançaram 1,9%. Os papéis preferenciais do Bradesco tiveram ganho de 3,36%, e os ordinários subiram 2,81%. O Banco do Brasil teve alta de 2,29%, e as units —conjunto de ações— do Santander Brasil se valorizaram 3,35%.

Das 64 ações do Ibovespa, 43 subiram, 20 caíram e uma fechou estável.

Entre as baixas, a EDP Energias do Brasil recuou 2,78%. A Raia Drogasil perdeu 1,69%, e a Cosan recuou 1,55%.

CÂMBIO

No mercado cambial, o dólar perdeu força ante 19 das 31 principais moedas do mundo. O Banco Central vendeu os 3.400 contratos de swaps cambiais tradicionais (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro). Até agora, já rolou US\$ 1,360 bilhão dos US\$ 2,565 bilhões que vencem em maio.

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) teve queda de 0,97%, para 165,7 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados caíram. O DI para julho deste ano caiu de 6,266% para 6,256%. O DI para janeiro de 2019 teve queda de 6,230% para 6,215%.

É 'vital' conter a dívida brasileira, diz FMI

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Num mundo superendividado, o Brasil se destaca por uma dívida pública muito maior que a dos outros grandes emergentes – um importante fator de risco, na avaliação de especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para tornar o País menos vulnerável a choques externos, é “crucial” apressar a arrumação das contas públicas e frear o endividamento, segundo o diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo, Vitor Gaspar.

O perigo de turbulências no mercado financeiro tem crescido com a política de juros baixos e crédito fácil, num ambiente propício a operações de risco e à valorização excessiva de ativos.

A lembrança do estouro da bolha financeira há dez anos, começo da última grande crise, tem justificado as advertências de economistas e dirigentes de entidades financeiras e econômicas multilaterais.

Qualquer choque um pouco mais forte pode ser desastroso num ambiente de enorme endividamento, segundo têm alertado analistas do FMI e de outras instituições. A soma das dívidas pública e privada atingiu US\$ 164 trilhões em 2016, valor correspondente a 225% do produto global.

A dívida pública total chegou a 83,1% do produto naquele ano e em seguida recuou ligeiramente, passando a 82,4% em 2017 e 82,1% em 2018.

Nas economias avançadas o endividamento alcançou 105% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, o nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. A proporção deve ficar em 103% neste ano e declinar lentamente até 100,4% em 2023, pelas contas do FMI.

Mas o cenário se complica nos Estados Unidos, a potência econômica número um, com a política fiscal expansionista do presidente Donald Trump. A dívida pública americana está projetada para 108% do PIB neste ano e 116,9% em 2023.

Emergentes

A situação dos emergentes parece bem mais administrável que a do mundo rico, mas a diferença é explicável, em parte, pelo menor acesso a financiamentos. Nas economias emergentes e de renda média dívida bruta do governo geral chegou a 49% do PIB no ano passado, deve subir para 51,2% em 2018 e alcançar 57,6% em 2023.

No Brasil o comprometimento das finanças públicas é muito maior. Estava em 84% do PIB em 2017, é estimado em 87,3% neste ano e continuará avançando, segundo estimam economistas do FMI, até 96,3% em 2023.

Pelos cálculos do governo brasileiro, a dívida pública ainda está abaixo de 80%. A diferença ocorre porque o critério seguido em Brasília desconsidera os títulos do Tesouro mantidos no Banco Central (BC).

Mas a distinção de critérios de nenhum modo reduz o problema ou afeta de forma significativa as avaliações do mercado. Essas avaliações são por enquanto favoráveis, mas podem mudar com o crescimento continuado da dívida ou, ainda mais velozmente, no caso de um choque financeiro.

Monitor

É uma proporção excessiva para um emergente, comentou Vitor Gaspar, retomando em entrevista coletiva a recomendação incluída no Monitor Fiscal, um relatório publicado pelo FMI em abril e outubro.

O Brasil, segundo a publicação, deve aproveitar as condições criadas pelo crescimento econômico e adiantar a execução dos ajustes e reformas, para estabilizar a dívida bruta antes do prazo previsto de 2024. A decisão de como cuidar do assunto caberá, é claro, às autoridades do Brasil, ressalva o economista, mas a recomendação técnica está feita.

O problema prático é saber como o governo poderá gerar superávits primários, nos próximos anos, em volume suficiente para estabilizar a proporção entre a dívida e o PIB. As contas públicas brasileiras têm sido fechadas com déficit primário desde os anos finais do governo da presidente Dilma Rousseff.

Há superávit primário quando sobra algum dinheiro depois das despesas de operação governo, aquelas necessárias para o custeio da administração e, quando possível, para algum investimento.

Há anos o dinheiro tem sido insuficiente até para cobrir esses gastos. Neste ano, por exemplo, o governo federal se esforça para conter déficit primário em R\$ 139 bilhões. Para o próximo ano a meta deve ser um buraco de R\$ 129 bilhões.

Perspectiva

Sem alguma sobra, falta dinheiro até para cobrir uma pequena parcela dos juros vencidos no ano. É preciso, portanto, refinanciar os juros e, naturalmente, o principal da dívida. Assim, cresce o valor devido.

Pelas projeções correntes em Brasília, a dívida continuará em expansão até o fim do próximo governo e só se estabilizará em 2023 ou 2024. E mesmo essas estimativas podem estar erradas, a depender da orientação política implantada nos próximos anos.

O atual nível de endividamento público dos emergentes, perto de 50% na média, foi verificado pela última vez nos anos 1980, período de crise conhecido como a década perdida, lembrou Vitor Gaspar. Muito acima disso está o do Brasil, superior a 80% do PIB e no rumo de 96%, pelas contas do FMI.

BNDES e 'banco dos BRICS' fazem 1º desembolso no Brasil para parques eólicos

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o New Development Bank (NDB), conhecido como "banco dos BRICS", fizeram nesta quarta-feira, 18, o primeiro desembolso conjunto para uma operação de financiamento no Brasil. A liberação, no valor de US\$ 67,3 milhões, é a maior já realizada pelo NDB e faz parte de contrato assinado com o BNDES há um ano para apoiar projetos de energia renováveis.

Os recursos destinam-se a seis parques de energia eólica nos Estados do Piauí e de Pernambuco. Eles integram o Complexo Eólico Araripe 3, do Grupo Casa dos Ventos, composto, no total, de 14 parques, nos municípios de Simões e Currais Novos (PI) e Araripina (PE). Ao todo, o complexo terá capacidade instalada de 358 megawatts, por meio de 156 turbinas geradoras de energia.

O BNDES e o NDB assinaram há um ano contrato no valor de US\$ 300 milhões, para apoiar, com recursos do NDB, investimentos em geração de energia eólica, solar,

hidrelétrica (pequenas centrais hidrelétricas) e a partir de biomassa (biogás e resíduos agrícolas).

Segundo o banco de desenvolvimento brasileiro, a estimativa é que a cooperação viabilizará investimentos que adicionarão em torno de 600 MW à capacidade de geração brasileira.

“O BNDES usará os recursos do NDB para diversificar e ampliar suas fontes de recursos e promover suas linhas de financiamento existentes para o setor de energias alternativas, como já faz com recursos provenientes de outros organismos multilaterais e agências oficiais de crédito”, informa.

O BNDES ressalta que a matriz elétrica brasileira tem mais de 60% de sua geração a partir de fonte hidrelétrica, que tende a ficar cada vez mais exposta aos efeitos da mudança climática e aos períodos de seca.

“Nesse contexto, a nova parceria busca fomentar energias alternativas, apoiando a diversificação da matriz e incrementando a segurança do sistema no futuro, a fim de garantir o fornecimento para todos os setores da economia.”

O NDB é uma instituição multilateral criada em 2014 pelos países que compõem o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África da Sul).

O NDB visa mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros dos BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento.

China impõe medidas antidumping a borracha importada dos EUA, UE e Cingapura

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A China anunciou hoje que irá aplicar medidas antidumping temporárias contra importações de borracha proveniente dos EUA, da União Europeia e de Cingapura.

Em comunicado, o Ministério de Comércio chinês informou que as medidas entram em vigor nesta sexta-feira (20).

Investigações sobre importações de borracha foram iniciadas em agosto do ano passado

Depois de 30 dias, Temer ainda não telefonou para Trump para falar de taxas

19/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Mais de um mês depois de anunciar que faria uma ligação para o presidente norte-americano, Donald Trump, o presidente Michel Temer ainda não oficializou o pedido de ligação para a Casa Branca.

Segundo fontes do Planalto, o governo brasileiro quer ter a situação em torno da sobretaxação das importações de aço e alumínio nos Estados Unidos totalmente resolvida para poder fazer o contato.

Oficialmente, a área internacional da Secretaria de Comunicação da Presidência da República disse que “não houve pedido formal para que fosse feito telefonema para a Casa Branca”.

No dia 14 de março, durante o Fórum Econômico Mundial, realizado em São Paulo, Temer afirmou que ligaria para Trump para discutir a medida que tem potencial de atingir em cheio a indústria siderúrgica brasileira.

Na semana seguinte, mesmo sem o governo americano emitir comunicado oficial, Temer anunciou, durante a abertura da 47ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que a sobretaxa de 25% no aço e a de 10% no alumínio seriam suspensas enquanto as conversas estivessem em curso.



“Soube agora de uma declaração da Casa Branca de que o Brasil é um dos países que começarão as negociações, que visam a eventuais exceções das tarifas de importação do aço e do alumínio”, disse Temer na ocasião.

O presidente brasileiro acrescentou que, segundo mensagem recebida do governo de Donald Trump, as taxas não seriam aplicadas enquanto as conversações não forem concluídas. “Portanto, uma boa notícia”, comemorou Temer.

Depois do anúncio, cresceu a expectativa de que Michel Temer ligasse para Donald Trump para agradecer a medida. Apesar disso, destacam agora auxiliares do presidente, como a situação ainda não está definida totalmente, “não há o que agradecer a Trump”.

Interlocutores de presidente destacam que a relação entre os dois países é cordial e ressaltam, por exemplo, o anúncio feito pela Casa Branca no último dia 10 de que o vice-presidente dos Estados Unidos, o republicano Mike Pence, vai visitar o Brasil no mês de maio.

Pence, inclusive, representou Trump na Cúpula das Américas, onde teve a oportunidade de estar com Temer. Apesar disso, não houve uma definição bilateral. Temer deve mesmo se encontrar com Trump na Assembleia Geral da ONU, em setembro, em Nova York.

Grupo Caoa transforma pós-venda em ativo de alto valor

19/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A Caoa Hyundai Premium Services: oficina de luxo ocupa 10 mil m² em bairro nobre de São Paulo

Empresa colhe resultados do investimento em atendimento

O que já foi um problema para o **Grupo Caoa** virou solução. Os investimentos para melhorar o atendimento de **pós-venda** que a empresa vem fazendo desde 2015 estão se revertendo em reconhecimento, satisfação e retenção de clientes, transformando a

área em ativo de alto valor para a rede de concessionárias Hyundai da Caoa – no total o grupo administra 170 lojas das marcas Hyundai, Subaru e Ford e deve abrir mais 30 para atendimento da Chery até o fim deste ano.

Os processos para elevar o padrão de atendimento começaram a ser adotados pela Caoa logo após a chegada de Gonzaga à empresa, em 2014, vindo da Toyota, marca que sempre foi referência em qualidade de produtos e concessionárias. Um dos primeiros símbolos da busca pela excelência em pós-venda foi a inauguração, em 2015, do Hyundai Premium Services, uma oficina modelo de luxo, construída com investimento de R\$ 25 milhões em área de 10 mil m² em Moema, bairro nobre de São Paulo. Lá são levados a sério detalhes como a checagem constante das revistas deixadas para os clientes na sala de espera, para não deixar lá nenhuma publicação velha.

O local é exclusivamente dedicado ao atendimento de manutenção, não tem área de vendas de veículos. “Mas os dois gerentes de serviços muitas vezes vendem mais carros do que algumas concessionárias”, diz Gonzaga, em referência à retenção de clientes promovida pelo pós-vendas eficiente.

No ano passado, o departamento de Gonzaga conseguiu atingir a meta autoimposta no fim de 2014, de colocar a rede de concessionárias Caoa Hyundai em primeiro lugar no ranking de satisfação dos clientes com pós-vendas elaborado pela consultoria especializada J.D. Power.

Os serviços prestados pelas concessionárias que vendem os Hyundai importados ou montados pela própria Caoa no Brasil, na fábrica de Anápolis (GO), em 2014 figuravam na 11ª posição da lista da J.D. Power.

Subiram ao sexto lugar em 2015, segundo em 2016 e, finalmente, ao primeiro posto do levantamento em 2017, passando a Toyota, que sempre liderou a pesquisa desde que ela começou a ser feita no País, em 2012. A rede Caoa Hyundai ficou com 830 pontos, acima dos 817 da Toyota e bastante superior à média nacional, de 791 pontos.

MODELO REPLICADO PARA A CAO A CHERY

A evolução do atendimento na rede de concessionárias Caoa também foi fundamental para a conclusão do mais novo negócio do grupo, a associação em partes iguais no Brasil com a chinesa Chery, anunciada no fim do ano passado e que agora começa a apresentar as primeiras ações práticas, com o lançamento do primeiro produto da parceria, o Tiggo2, utilização conjunta de duas fábricas (Jacareí e Anápolis) e abertura das concessionárias Caoa Chery.



Segundo Gonzaga, o objetivo é replicar os processos de atendimento e serviços aplicados nas concessionárias Caoa Hyundai para a nova rede Caoa Chery, que das 25 lojas atuais deverá ser expandida para mais de 50 até o fim do ano, e grande parte delas será do próprio Grupo Caoa.

CLIENTES "MIMADOS" COM PREÇOS CONTROLADOS

Gonzaga explica que o "segredo" para a reversão tão positiva do pós-venda do grupo "foi a adoção estudada e muito rápida e de ações para surpreender e agradar o cliente". Para além de garantir o compromisso básico de suprimento de todas as peças de reposição necessárias em manutenções agendadas, com serviços bem feitos na primeira vez e no menor tempo possível, os processos envolveram também muitos "mimos", que vão desde a oferta de um pé-de-moleque na sala de espera na época das festas juninas, até a colocação de uma garrafa de água mineral gelada no console de todos os carros entregues na oficina.

Tudo por preços controlados. Gonzaga revela que o gasto médio do cliente por visita às concessionárias Hyundai Caoa varia de R\$ 700 a R\$ 800. "Precisa ser rentável, mas o objetivo maior é reter o cliente. Por isso monitoramos constantemente esse ticket médio, para não deixar subir muito, o que afugenta as pessoas da rede, como costuma acontecer após o fim da garantia", pondera.

"Todos os profissionais da área passam por uma integração específica quando entram na empresa, para não trazer vícios, também precisam ler nosso livro de procedimentos de atendimento tem mais de 300 páginas", conta Gonzaga.

O executivo também aposta no aumento da oferta de serviços digitais: "Apesar de todo o processo de digitalização, o cliente ainda não pode deixar de levar o carro à concessionária para fazer manutenção. O que podemos fazer é melhorar o acesso digital a esses pontos de atendimento", explica. Uma dessas iniciativas foi a criação de um aplicativo (APP) para smartphones que já está em uso pelos clientes para agendar manutenções. Mas o objetivo é ampliar as possibilidades do uso do APP.

Sprinter e Vito ganham novos planos de manutenção

19/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Serviço tem opção de manutenção básica ou completa, com troca de itens de desgaste

A Mercedes-Benz criou **novos planos de manutenção** para as linhas **Sprinter e Vito**. Eles foram elaborados de acordo com o perfil dos clientes de comerciais leves e podem ser aplicados em modelos novos ou usados.

Com o nome "Mercedes-Benz Service Care", eles são oferecidos em duas modalidades: "Plano Manutenção", que abrange a troca de óleo dos agregados, filtros e manutenções preventivas, e o "Plano Completo", que inclui também a manutenção corretiva de itens de desgaste, guincho e deslocamento mecânico. O anúncio da Mercedes ocorre logo após o lançamento pela Renault de serviço semelhante para a linha Master de utilitários.

A Mercedes ressalta vantagens como mão de obra qualificada, peças originais e consequente redução de custos operacionais. "Além disso, nossos preços são muito

atrativos”, garante o diretor de vendas e marketing para vans da Mercedes-Benz do Brasil, Jefferson Ferrarez.

O Service Care vale para vans, furgões e chassis-cabines das linhas Sprinter e Vito. No “Plano Manutenção”, a troca de óleo dos agregados, filtros e manutenções preventivas ocorrem de acordo com o caderno de informações complementares e o termo de garantia que acompanham o veículo.

O “Plano Completo” inclui também manutenção corretiva de freios, embreagem, suspensão, troca de óleo, guincho e deslocamento mecânico. O pacote cobre todos os serviços, com um preço fixo mensal definido de acordo com o perfil de uso do veículo e tempo de contrato.

O período máximo é de sete anos ou 300 mil quilômetros, devendo ser contratado até os 12 primeiros meses após emplacamento ou até 50 mil km, desde que as manutenções tenham sido feitas na rede autorizada. O tempo de vigência pode ir de um a cinco anos, com possibilidade de renegociação ao fim do prazo.

Renault torna sua produção mais eficiente ao investir na indústria 4.0

19/04/2018 – Fonte: CIMM

Impressão 3D e realidade aumentada geram grandes expectativas para montadora

A quarta revolução industrial, também chamada indústria 4.0, aos poucos vai ganhando espaço no Brasil. Novas tecnologias começam a ser usadas em todas as etapas do processo produtivo de indústrias que buscam aumento da produtividade e redução de custos, como é o caso do setor automotivo.

A multinacional Renault, por exemplo, tem conquistado muitos ganhos após transformar recentemente seus processos com o uso da impressão 3D para fabricação de peças e implantação de etiquetas de radiofrequência nos carros. Em processo de implementação, a realidade aumentada também gera grandes expectativas à montadora.

As iniciativas foram projetadas por um grupo criado com foco na análise de tecnologias que possam gerar mais produtividade na indústria 4.0. “Temos uma grande necessidade de otimização dos custos, com ganho de eficiência operacional. Ou seja, fazer mais com menos e a tecnologia pode ajudar nisso”, salienta Angelo Figaro, CIO IS/IT da Aliança Renault-Nissan para a América Latina.

Ainda segundo o executivo, os projetos foram desenvolvidos com total alinhamento entre a área de TI e de finanças da montadora. O trabalho em conjunto foi fundamental para a correta análise e verificação dos custos e ganhos com cada tecnologia implementada.

Novas tecnologias

A primeira das iniciativas da Renault na jornada 4.0, criada há dois anos, foi a adoção de impressoras 3D para a produção de componentes para engenharia e manutenção da fábrica localizada em São José dos Pinhais (PR).

“Antes disso, era feito por fornecedores externos e o processo todo consumia até 45 dias, entre cotação, autorização de compra e tempo de execução. Agora, alcançamos uma economia substancial tanto em custo como em prazo”, comenta.

Figaro ressalta também que a fábrica brasileira da Renault é a primeira no mundo a implementar nos automóveis etiquetas identificados por radiofrequência, a chamada tecnologia de RFID — que utilizam a frequência de rádio para captura de dados. Dessa

forma, as informações de cada carro podem ser lidas automaticamente por sensores, dispensando o trabalho manual e individual de leitura dos códigos de barras, como era feito anteriormente.

Já a realidade aumentada está em fase de testes na fábrica da companhia. Um dos casos de implementação é o plano de manutenção autônomo, o qual é esperado reduzir em 60% o tempo de manutenção das máquinas.

“Um operador hoje na fábrica, toda vez que vai iniciar seu turno, tem de fazer uma série de verificações para iniciar suas atividades, o que antes era feito manualmente e anotado em um papel. Agora, por meio de um celular ou tablet, é possível ler os QR codes no posto de trabalho e gerar insights do que está dando certo ou errado em tempo real”, conta.

Meritor contratará 90 pessoas este ano para a fábrica de Osasco

19/04/2018 – Fonte: CIMM

Com retomada das vendas de pesados, empresa prevê produzir 20% a mais em 2018

Com a retomada do mercado de caminhões, a Meritor, fornecedora de eixos trativos para veículos comerciais pesados, decidiu iniciar um novo processo para a contratação de 90 pessoas para sua fábrica localizada em Osasco, na região metropolitana da capital paulista. Em comunicado divulgado na quinta-feira, 12, a empresa informa que as contratações serão feitas até dezembro, com meta de aumentar em 10% o quadro atual, composto por 900 pessoas.

Segundo o diretor geral da Meritor para a América do Sul, Adalberto Momi, com esta ação a empresa pretende acompanhar com mais tranquilidade o reaquecimento do segmento de veículos pesados. No primeiro trimestre, as vendas de caminhões subiram 53% no comparativo anual.

“Iniciamos as contratações em fevereiro, mas com os pés no chão para obter crescimento sustentável”, pondera o executivo.

O movimento de recuperação do setor de pesados vem sendo observado desde meados do ano passado pela Meritor, cujo volume de produção encerrou 2017 com crescimento de 30% sobre o ano anterior. Para este ano, a fabricante projeta um aumento de 20% no total produzido.

A retomada do mercado não é o único motivo que vem fazendo com que a empresa aumente os seus volumes de produção. A estratégia em estar próxima das montadoras e também dos fornecedores faz com que a Meritor conquiste novos projetos. “No ano passado o maior impacto no aumento foi devido às exportações e, neste momento, o crescimento também é robusto por causa da conquista de novos projetos para o mercado nacional”, acrescenta Momi.

JAC Motors firma parceria com grupo HPE para produção do T40 em Goiás

19/04/2018 – Fonte: CIMM

A JAC Motors deve assinar nos próximos dias um acordo com o grupo HPE (ex-MMC) para uma parceria na produção do crossover T40 2019, que acaba de ser lançado no mercado nacional com preços entre R\$ 59.990 e R\$ 69.990. A montagem do veículo se dará nas instalações que foram utilizadas anteriormente pela Suzuki (também representada pela HPE) na fabricação do jipe Jimny.

A fábrica fica em Itumbiara-GO, cidade na divisa com Minas Gerais. Como a produção do Suzuki Jimny foi transferida para Catalão-GO, onde a HPE mantém a planta que produz também os veículos da Mitsubishi, marca japonesa representada pelo grupo brasileiro. O projeto é iniciar a produção do T40 no começo de 2020, mas os serviços de pintura e soldagem da carroceria deverão ser feitos pela HPE, provavelmente em Catalão, sendo então enviados para a montagem final em Itumbiara.

Por ora, o projeto é fabricar o T40 no Brasil, mas existia a intenção de fazer também o T5, que logo será chamado T50. Em dezembro, o governo de Goiás revelou que o grupo SHC, representante da JAC Motors no Brasil, teria uma fábrica para produzir veículos no estado e seria em Itumbiara. Segundo informado, o valor do investimento seria de R\$ 120 milhões para reabertura da planta e montagem dos veículos.

O projeto não é visto com bons olhos por parte do governo da Bahia, que chegou a anunciar que denunciaria a SHC aos chineses, por conta do investimento cancelado, que seria feito em Camaçari. No projeto original, a JAC Motors teria uma fábrica completa na cidade baiana com capacidade para 100.000 carros por ano, mas posteriormente seria adicionada uma linha de montagem para caminhões leves, acrescentando mais 10.000 unidades ao empreendimento, que custaria em torno de R\$ 1 bilhão.

Porém, a fábrica não saiu e o local foi retomado pelo governo do estado. Chegou-se a mudar o projeto para outro local em Camaçari, onde uma instalação menor abrigaria capacidade para 20.000 unidades por ano em regime de CKD. Mas, mesmo este fracassou. O governo baiano cobra da SHC os créditos de IPI para a produção de veículos na região, dados aos carros importados pela JAC. Como a planta não saiu, a empresa terá de devolver os valores ao estado.

Enquanto a questão de Camaçari não se resolve e Itumbiara ainda é uma promessa, a JAC Motors vai renovando seu portfólio com a substituição de carros compactos por utilitários esportivos, picapes e comerciais leves. Depois do T40 2019, a marca chinesa virá com o renovado T50, que é a atualização do T5.

O T80 ainda está em estudo, pois o SUV de sete lugares custaria em torno de R\$ 120 mil e há dúvidas sobre se os clientes pagariam tão alto por um carro chinês. Nesse meio tempo, a picape diesel da JAC deve aparecer com cabine dupla, ampliando a gama da marca, que já conta com um caminhão leve, o V260.

Artigo: A importância da qualificação térmica de equipamentos e ambientes para saúde pública

19/04/2018 – Fonte: CIMM

A produção de medicamentos e produtos para a saúde passa por rigoroso processo, incluindo as boas práticas de fabricação, controles e análises para a garantia da qualidade, além do atendimento das necessidades específicas do produto fabricado.

Nesse cenário, a qualificação de equipamentos e ambientes nas atividades de armazenagem, distribuição e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos é a garantia de que o produto manterá todas as suas características, assegurando, assim, a qualidade e eficácia.

O capítulo IV da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 17 de 2010 - que dispõe sobre as boas práticas de fabricação de medicamentos - fornece dados para a condução de uma qualificação e validação dos processos envolvidos com o produto e todos os fabricantes devem cumprir as diretrizes desta resolução.

Qualificação de Ambientes

A garantia de toda estabilidade do produto depende também de fatores ambientais, tais como temperatura, umidade e luz. Dessa forma, galpões, docas e armazéns com temperatura controlada e umidade relativa, podendo ou não ter sistema de ar forçado, devem ser qualificados no intuito de verificar a homogeneidade da temperatura no interior desses ambientes e, assim, certificar que os produtos a serem armazenados estão em conformidade com os requisitos exigidos pela Anvisa e pelo fabricante.

Principalmente porque a conservação de produtos farmacêuticos é baseada em estudos de estabilidade e em suas alterações físicas, químicas e microbiológicas.

Quando expostos a condições de temperatura fora do especificado, estes produtos podem sofrer alterações em suas características, impactando diretamente a qualidade. Por isso é fundamental que os pontos críticos devem ser conhecidos, analisados e até mesmo isolados, quando necessário.

Por meio da qualificação também deve-se conhecer o ponto mais frio e mais quente para monitoramento constante. Mesmo armazéns que mantém a temperatura entre 15°C e 30°C devem ser qualificados porque é sabido que alguns locais dentro destes ambientes podem sofrer variações atingindo temperaturas superiores a 30°C.

Qualificação de Equipamentos

Além disso, os equipamentos que armazenam produtos com temperatura entre 2°C e 8°C e até mesmo com temperatura negativas devem receber o mesmo cuidado e atenção para que cumpram e operem com as especificações de fabricação e que todo o ambiente interno deste equipamento seja altamente confiável.

Conforme o capítulo XIII da RDC 17, os equipamentos devem ser projetados e instalados de forma a assegurar as operações a serem realizadas, diminuindo os riscos de erros e evitar efeito negativo na qualidade dos produtos.

Por isso refrigeradores, freezers, câmaras frias, câmaras climáticas, autoclaves, banho maria, veículos refrigerados e/ou isotérmicos e containers devem ser qualificados anualmente, para garantir que se mantenham capazes de atingir os resultados esperados.

Garantir a eficácia dos medicamentos e produtos para a saúde é sim uma questão de saúde pública e vai além do processo de fabricação. Por isso, o Valida Laboratório de Ensaio Térmico conta com profissionais Farmacêuticos e Engenheiros altamente qualificados para atender as necessidades do segmento farmacêutico e todos os elos da cadeia fria. As qualificações de Equipamentos e Ambientes são baseadas em normas e guias nacionais e internacionais vigentes, garantindo, assim, segurança e qualidade à toda população.

***Eduardo Nishimoto**- é formado em mecatrônica, Analista Técnico do Grupo Polar e qualificou mais de 150 equipamentos e ambientes.

Romi: Margem bruta atinge 26,2% no 1T18

19/04/2018 – Fonte: CIMM

A Indústrias Romi S.A., empresa líder brasileira na fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e fundidos e usinados, registrou entrada de pedidos de R\$ 147,3 milhões em 1T18, montante 10,9% superior ao obtido no 1T17, com destaque para a subsidiária alemã Burkhardt+Weber. A carteira de pedidos ao final do primeiro trimestre de 2018 também apresentou crescimento de 3,8% em relação a carteira do mesmo período de 2017.

A receita operacional líquida auferida no 1T18 foi de R\$132,6 milhões, 9,6% inferior à registrada no 1T17. A receita operacional líquida de Máquinas Romi atingiu R\$ 61,9 milhões no 1T18, apresentando um leve crescimento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2017, demonstrando que a recuperação econômica deverá ser gradual, mas que há sinais concretos de uma retomada.

O faturamento da subsidiária alemã B+W apresentou no 1T18 volume similar ao observado no 1T17 e tem refletido a solidez da entrada e carteira de pedidos. Por fim, a unidade Fundidos e Usinados, que embora tenha alcançado, no 1T18, receita operacional líquida 27,4% inferior ao 1T17, apresentou uma expansão de 4,3 pontos percentuais em sua margem EBIT no mesmo período de comparação.

A margem bruta de 26,2% obtida no 1T18 apresentou incremento de 1,5 ponto percentual em relação ao 1T17, mesmo diante de uma receita cerca de 10% inferior ao alcançado no 1T18. Já a margem operacional (EBIT), quando comparada ao 1T17, apresentou queda de 1,8 ponto percentual, em virtude de um volume de receitas.

"O ano de 2018 demonstrou em seu início, uma atividade econômica com alta volatilidade, porém, pode-se notar uma aceleração na quantidade de oportunidades e negócios gerados principalmente no mês de março.

As melhoras em alguns dados macroeconômicos, já fazem com que o ambiente de negócios se torne mais favorável e reflita no volume de novos pedidos, o que pode ser notado de maneira mais significativa no volume de entrada de pedidos da Unidade de Fundidos e Usinados, principalmente no segmento automotivo comercial", menciona Luiz Cassiano Rosolen, Diretor-Presidente da Romi.